



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº116/117/118

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE SETEMBRO DE 2007

ANO XXXIII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Elton Welter*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*PTB ..... Fábio Camargo*  
*Bloco PPS/PMN ..... Dr. Batista*  
*Bloco PSB/PR/PRB/PV ..... Reni Pereira*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

## S U M Á R I O S

### ***DIÁRIO Nº 116***

#### ***9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA***

##### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>03</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>03</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimento .....	03
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão/Votação	
2ª Discussão .....	04
Requerimento .....	14
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>14</b>

### ***DIÁRIO Nº 117***

#### ***10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA***

##### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>15</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>15</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>15</b>
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão/Votação	
3ª Discussão .....	15
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>16</b>

### ***DIÁRIO Nº 118***

#### ***11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA***

##### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>17</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>17</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>17</b>
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão/Votação	
Redação Final .....	18
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>18</b>
<b>Publicações:</b>	
Comissão Executiva	
Atos.....	19
Atas de Comissão	
Constituição e Justiça .....	27
Obras Públ., Transp. e Comun....	35

# S U M Á R I O

<p><b>DIÁRIO Nº 116</b></p> <p><b>9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA</b></p> <p><b>SUMÁRIO</b></p> <p>Mesa Executiva.....03</p> <p>Presenças.....03</p> <p>Abertura da Sessão .....03</p>	<p><b>Expediente:</b></p> <p>Requerimento ..... 03</p> <p><b>Ordem do Dia:</b></p> <p>Discussão/Votação</p> <p>2ª Discussão ..... 04</p> <p>Requerimento ..... 14</p> <p><b>Encerramento da Sessão..... 14</b></p>
---	--

## DIÁRIO Nº 116

### 9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

#### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2007

(segunda-feira)

#### Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

#### Presenças:

Às dezoito horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk,

Pedro Ivo, Pércles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Ribas Carli Filho e Nereu Moura (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado na Sessão anterior, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do Expediente.

#### Expediente:

#### Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2876

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa de Leis, no horário do Grande Expediente, em data a ser acordada entre essa Presidência e Lideranças, o Sr. Leopoldo Campos, ex-Diretor Técnico da APPA para que fale sobre suas declarações sobre irregularidades no porto de Parana-

guá, amplamente divulgados pela imprensa recentemente.

Salas das Sessões, em 24.09.07.

(a) BANCADA DE OPOSIÇÃO

Apoiamento:

Valdir Rossoni e Augustinho Zucchi.

REQUERIMENTO Nº 2877

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de mais duas Sessões Extraordinárias na data de 24 de setembro de 2007.

Salas das Sessões, em 24.09.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 679/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/07, que visa autorizar o estado do Paraná, a COPEL S/A, a COPEL Participações S/A e a COPEL Empreendimentos Ltda., mediante ato do Chefe do Poder Executivo, mediante alteração do objeto social ou composição societária, assumir a exploração de infra-estrutura e a prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de gestão, recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração de rodovias, dentro ou fora dos limites territoriais do estado do Paraná, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM SUBEMENDA DA COPTC AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO,  
DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 679/07

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 679/07, oriundo da Mensagem nº 040/07 do Governo do Estado, objetiva acrescentar um novo dispositivo a sua redação original, que deverá ser enumerado como artigo

6º, remunerando o artigo 6º do texto original como artigo 7º, conforme segue:

“Art. 6º Os agentes públicos ordenadores de ações cujos resultados acarretem direta ou indiretamente prejuízo ao erário, inclusive pela desvalorização do patrimônio público representado por títulos negociados em bolsas de valores, responderão pelos danos causados em conformidade com a legislação que rege os atos de improbidade administrativa.”

Sala das Sessões, em 24.08.07.

(aa) VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, MARCELO RANGEL, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO BELINATI, CIDA BORGHETTI, LUIZ CARLOS MARTINS, OSMAR BERTOLDI e PLAUTO MIRÓ.

JUSTIFICATIVA:

Entre os basilares princípios norteadores da Administração Pública, estão o da razoabilidade, o da eficiência e o da economicidade.

Com certeza nenhum deles orientou a intenção do Governo do Estado quando arquitetou a possibilidade de atuação do estado, através da nossa companhia de energia - COPEL, na condição de concessionária nas rodovias federais no Paraná.

Mas o direito não é omissivo, cuidou o legislador de coibir a irresponsabilidade, a inconseqüência, a gestão temerária da coisa pública. Neste sentido dispõe a Constituição Federal, repetida na Constituição Estadual, sobre a responsabilidade dos agentes públicos, civil e criminalmente, em seu artigo 37, parágrafos 5º, 6º e 7º.

Tais dispositivos estão regulamentados na Lei de Improbidade Administrativa, a Lei nº 8429/92.

Quando se assegura em lei o fim da impunidade administrativa, assinala-se, deste logo, aos servidores públicos, sejam eles os de menor hierarquia até aqueles de maior escalão, como dirigentes, assessores, secretários de estado, e governador, a necessidade de administrar com razoabilidade, com eficiência, e com economicidade, ou seja com responsabilidade, se perder de vista as possíveis conseqüências danosas dos seus atos para o tesouro estadual.

A lei de Improbidade caracteriza como de improbidade, não somente os atos que importem enriquecimento ilícito ou auferição de vantagem indevida, mas também os atos que causem prejuízo ao Erário, sejam eles dolosos ou culpados, responsabilizando os respectivos agentes pelo integral ressarcimento do dano, sem prejuízo da ação penal própria.

Embora as normas nacionais referidas que disciplinam esta matéria sejam aplicáveis independentemente da previsão em Lei Estadual, importante que desde logo fique patente a necessidade de observância do direito, sob pena de reparação do dano causado, civil e criminalmente.

## EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 02

A presente emenda supressiva ao Projeto de Lei nº 679/07, oriundo da Mensagem nº 040/07 do Governo do Estado, objetiva retirar do texto do substitutivo geral do projeto o seu artigo 3º e respectivos parágrafos.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Duílio Genari, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Cida Borghetti e Antonio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente emenda apresentada ao substitutivo geral da Comissão de Constituição e Justiça, para efeito de harmonizar seu texto às disposições da Lei nº 8429/92, Lei de Improbidade Administrativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO

P A R E C E R :

**Relatório**

O projeto de lei acima epigrafoado, de autoria do Poder Executivo, indo a plenário recebeu duas emendas:

1ª Emenda Aditiva que objetiva acrescentar um novo dispositivo a sua redação original, que deverá ser enumerado como artigo 6º do texto original como artigo 7º, conforme segue:

“Art. 6º Os agentes públicos ordenadores de ações cujos resultados acarretem direta ou indiretamente prejuízo ao erário, inclusive pela desvalorização do patrimônio público representado por títulos negociados em bolsas de valores, responderão pelos danos causados em conformidade com a legislação que rege os atos de improbidade administrativa.”

2ª Emenda Supressiva que objetiva retirar do texto do substitutivo geral do projeto o seu artigo 3º e respectivos parágrafos.

É o relatório.

**Voto do Relator**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor quanto a emenda de nº 02, sendo que a emenda de nº 01 tenta via oblíqua legislar sobre o tema tratado na lei federal nº 8429/92, não sendo pertinente a esta Casa de Leis legislar sobre a matéria da forma disposta na emenda.

**Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é contrário à Emenda de nº 01 e favorável a Emenda de nº 02.

Sala das Comissões, em 24.09.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES  
E COMUNICAÇÃO

SUBEMENDA ADITIVA AO SUBSTITUTIVO  
GERAL DO PROJETO DE LEI Nº 679/07

Art. 1º O substitutivo geral do Projeto de Lei nº 679/07, passa a vigor com a adição do seguinte artigo:

“Art. Fica proibida a participação de empresas nas sociedades a que se refere o artigo 1º, desta lei, que se encontrem comprovadamente inadimplentes com o erário, ou que por qualquer motivo, deram causa ao descumprimento de cláusulas contratuais com a administração direta ou indireta do Governo do Estado.

Parágrafo Único. A proibição de que trata o *caput* deste artigo, abrange empresas cujo algum dos sócios tenha participado na composição societária de outras empresas que se encontrem comprovadamente inadimplentes com o erário, ou que por qualquer motivo, deram causa ao descumprimento de cláusulas contratuais com a administração direta ou indireta do Governo do Estado.”

Salas das Comissões, em 24.09.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari.

Há sobre a mesa duas emendas de plenário, uma aditiva e uma supressiva. Como estamos em Comissão Geral de Plenário, vamos designar o Relator, Deputado Artagão Júnior, para relatar as duas emendas.

Concedo a palavra ao Deputado Artagão Júnior.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tivemos a oportunidade de relatar, já na Comissão de Constituição e Justiça esse projeto, no que compete a sua constitucionalidade. Fizemos um substitutivo geral, fazendo algumas adequações, que entendíamos necessárias, como aquelas que permitia a associação com pessoas físicas e jurídicas, suprimindo a possibilidade da associação com pessoas físicas, assim também como suprimindo a questão da possibilidade da associação com cotas minoritárias da associação. Fizemos um substitutivo geral e esse foi aprovado com ampla maioria de votos na Comissão de Constituição e Justiça, com algumas manifestações de que existiriam ilegalidades.

Pois bem, a própria bancada independente, representada pelo Deputado Reni Pereira, manifestou-se de que havia um entendimento equivocado naquela momento, até porque existia uma vírgula que não foi muito bem observada com a questão da fundamentação.

Agora recebemos uma emenda aditiva ao projeto de lei que consiste no seguinte: *Artigo 6º os agentes públicos ordenadores de ações cujos resultados acarretam direta ou indiretamente prejuízo ao erário, inclusive*

*pela desvalorização do patrimônio público, representado por títulos negociados em Bolsa de Valores, responderão pelos danos causados em conformidade com a legislação que rege os atos de improbidade administrativa.*

Esta seria uma emenda de autoria de vários Deputados, acrescentando este artigo ao nosso projeto original.

Pois bem, esta emenda trata de direito civil e penal e já está contemplada na Lei de Improbidade Administrativa, que é uma lei federal, a Lei nº 8429/92. Portanto, não existe como legislar em cima de algo que já existe na legislação federal. Não nos compete. É de competência federal. Portanto, não podemos acatar. Não acatamos em função da sua inconstitucionalidade, por não ser de competência do legislador estadual e já está observada na Lei de Improbidade Administrativa esta mesma argumentação.

A emenda supressiva ao projeto diz o seguinte: *A presente emenda supressiva ao projeto de lei objetiva retirar do texto do substitutivo geral do projeto o seu artigo 3º e respectivos parágrafos.* Pois bem, em que consiste o artigo 3º e os respectivos parágrafos? Esse artigo 3º consiste na disponibilidade do estado em ceder alguns funcionários por um prazo máximo de 2 anos, em havendo necessidade, a partir do momento que a empresa gerenciada pela COPEL ou a COPEL sendo majoritária, COPEL S/A, COPEL Empreendimentos, COPEL Participações, solicite para que ela possa se adequar às necessidades enquanto não realiza o seu concurso público para contratação de pessoal.

Pois bem, uma das argumentações, inicialmente, é de que no artigo 17, Deputado Elio Rusch, haveria uma restrição legal a eventuais vantagens. V. Exa. bem colocou o artigo 17: *Considerar-se-á desclassificada a proposta que para sua viabilização necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e a disposição de todos os concorrentes.* Parágrafo 1º *Considerar-se-á também desclassificada a proposta de entidade estatal alheia a esfera político/administrativa do Poder concedente que para a sua viabilização necessite de vantagens ou subsídios do Poder Público como controlador da referida entidade.* Mas o parágrafo 2º diz: *inclui-se nas vantagens ou subsídios de que trata este artigo qualquer tipo de tratamento tributário diferenciado, ainda que em consequência da natureza jurídica do licitante que comprometa a isonomia fiscal que deve prevalecer entre todos os concorrentes.*

Pois bem, não existe tratamento fiscal diferenciado, não existe vantagem tributária diferenciada a essa associação.

Então, cabe esta ressalva, mas em função de um entendimento, de um acordo de lideranças, Deputado Valdir Rossoni e Deputado Romanelli, como Líderes da Oposição e da Situação, entenderam por bem acatar este artigo supressivo, muito embora não exista ilegalidade, como Relator acato, portanto, essa emenda supressiva, em função desse acordo que houve e eu estou aqui no

sentido de acatar para que possa complementar o projeto neste sentido.

Sr. Presidente, era esse o parecer: rejeitando a emenda aditiva e acatando a emenda supressiva sugerida.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o parecer do Relator que rejeita uma emenda e acata a outra emenda.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, peço destaque no encaminhamento da votação dessas duas emendas. Para que possamos votar o relatório do Deputado Artagão Júnior com as duas emendas separadas, queremos pedir destaque na votação da emenda que ele deu parecer favorável. Votamos primeiro esse e após votamos ao relatório contrário à emenda. Por essa razão, pedimos destaque na comissão agora, que possa ser votado favorável. Votamos favorável e depois votamos contrário ao relatório com a segunda emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o parecer.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Mas eu peço destaque, Sr. Presidente, para votar separado o relatório do Relator.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não, vamos votar as emendas, veja bem, agora. Por enquanto está em votação o parecer do Relator, Deputado Artagão, as emendas...

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Mas, Sr. Presidente, vamos pedir destaque no relatório, na votação da emenda que ele apresentou.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. terá que fazer por escrito.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Peço à assessoria da Mesa que faça.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, não sei seu eu entendi direito, mas, na verdade, o tempo aqui está fazendo com que nos cansemos! Ele deu o parecer às duas emendas. A emenda supressiva, oriunda da Mensagem nº 040/07 do Governo do Estado, objetiva retirar o texto do substitutivo geral do projeto o seu artigo 3º e respectivos parágrafos. Esse aqui ele foi de parecer favorável, nós concordamos. Ela terá que ser votada em separado, não é Sr. Presidente?

A outra, ele deu parecer contrário. Mas vejam, Srs. Deputados, como esse projeto gera muitas dúvidas, Deputado Belinati, veja a emenda que recebeu parecer contrário, nós contamos com o bloco na emenda porque a nossa emenda diz o seguinte: *Art. 6º Os agentes públicos*

*ordenadores de ações cujos resultados acarretem, direta ou indiretamente, prejuízo ao erário, inclusive pela desvalorização do patrimônio público, representados por títulos negociados em Bolsa de Valores, responderão pelos danos causados em conformidade com a legislação que regem os atos de improbidade administrativa.*

O que estamos dizendo na nossa emenda? Estamos dizendo o seguinte: já que o Governo tem tanta certeza do sucesso dessa iniciativa, estamos colocando na lei que se em uma eventualidade nós estivermos certos e que essa lei e que essas iniciativas possam causar prejuízos ao erário público, o Governador seja responsabilizado pessoalmente, porque é muito fácil, tomo as atitudes como Governador, não sei qual serão as conseqüências, mas o meu objetivo político eu alcanço e aí a dívida fica para a viúva.

Por esta razão, peço aos Srs. Deputados que votaram maciçamente favorável ao projeto, vamos também dar responsabilidade a quem está propondo o projeto. Se causar prejuízos ao erário público, o Governador que arque com esses prejuízos.

Deputado Durval, isso aqui nada mais nada menos é o seu projeto que foi aprovado e foi vetado pelo Sr. Governador. Nada mais nada menos do que isso. O Governador será responsável com seus bens se causar prejuízo ao erário público, ponto final.

Acho que isso não tem nenhum motivo, Srs. Deputados que estão em busca da boa causa, que é baixar o pedágio, é também responsabilizar quem está trabalhando com o dinheiro público. Caso amanhã um picareta se associe a COPEL para participar dessa concorrência e esse cidadão use indevidamente os recursos da COPEL, que o Governador seja responsabilizado. Acho que essa emenda é, sem nenhuma dúvida, o grande acontecimento desta Casa, se conseguirmos aprovar. E por esta questão, Deputado Romanelli, é que somos contrários ao parecer do Relator nesta emenda.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Na verdade, até por amor ao Direito, eu quero dizer a esta Casa que o encaminhamento do nobre Deputado Valdir Rossoni sobre essa emenda, infelizmente, é equivocado. Porque sabem os que são versados no Direito, que a emenda proposta, Deputado Valdir Rossoni, ela inova a ordem jurídica e mais do que isso, ela cria um tipo penal. E isso, pela Constituição Federal, é competência exclusiva da legislação federal. Não pode esta Casa legislar sobre este tema.

Então, quero pedir aos senhores que rejeitem essa emenda, porque embora ela seja do ponto de vista óbvio, que todos não queremos que se possa dilapidar o patrimônio público e não é o caso que estamos tratando, mas mais do que isso, é a flagrante inconstitucionalidade da emenda proposta pela Bancada da Oposição. Embora eu até entenda o objetivo, mas a emenda é inconstitucional, Deputado Pugliesi.

Era isso, Sr. Presidente. Encaminhamos pela rejeição.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Em votação o parecer do Relator. Sendo inicialmente contrário à emenda nº 001, que é esta emenda aditiva. E posteriormente vamos votar, já que foi requerido destaque, votamos em separado à emenda supressiva. Votamos a emenda aditiva primeiro e depois a supressiva. Portanto, os Srs. Deputados que aprovam o parecer contrário a Emenda nº 01 permaneçam como estão. **Aprovado.**

Vamos votar agora o projeto, ressalvada a emenda. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Votamos agora as emendas.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

V. Exa. está votando o projeto?

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sim.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Então gostaria que ficasse registrado o nosso voto contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Devidamente registrado.

Para encaminhar o Deputado Augustinho Zucchi.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, votei pela constitucionalidade e subo à tribuna para dizer por que vou votar favorável a este projeto, até para que não parem dúvidas.

Ouvi aqui alguns comentários, algumas pessoas falando e, naturalmente, nós que disputamos a eleição com o Governador Requião, Deputado Romanelli, pode recair sobre este Parlamentar, porque já que tenho profunda ligação política e pessoal com o Senador Osmar Dias, de que esteja votando, Deputado Waldyr Pugliesi, um projeto do Governo, e portanto nós aqui deveríamos rejeitá-lo, até porque faço parte da Bancada da Oposição.

Já falei na CCJ, Deputado Edgar Bueno, V. Exa. me complementou naquele dia, que afora a questão ideológica, afora a questão daqueles que defendem a interferência do estado na economia, eu particularmente tenho muita vontade que o estado interfira em muitas coisas. Eu particularmente acho que o preço do pedágio é um abuso. Eu fui a 18ª assinatura da CPI do Pedágio que, lamentavelmente, depois deu em nada.

Mas, devo lembrar aqui que o Governador Requião politicamente, ideologicamente, o que quer que queira se falar, ele disse que ia acabar com o pedágio em uma eleição. Depois ele disse que ia baixar o pedágio. Depois, ele mandou a proposta aqui para esta Casa para

encampar o pedágio e teve o apoio desta Casa. Depois, nessa última eleição, ele disse que criaria a estrada da liberdade.

Portanto, Sr. Presidente, sei muito bem o que significa para o Governador Requião a luta que ele trava com relação à questão do pedágio: verbalizada na campanha para obviamente obter o sucesso que obteve nas urnas.

Mas, devo dizer que na minha opinião não deve ser desta Casa a obstrução de uma intenção do Governo de interferir nas tarifas de pedágio que vão se instalar no Paraná, por conta da concessão patrocinada pelo Governo Federal, até porque o PT que dirige o Governo Federal e o Governador têm similaridades, não apenas em pensamento, em muitas coisas, mas em ação política, já que o Presidente Lula, na minha opinião, teve um papel preponderante na eleição do Governador, aqui no nosso estado. Opinião pessoal.

Razão pela qual eu voto favorável, Deputado Douglas, para que não recaia sobre esta Casa e nem sobre este Parlamentar que nós não apoiamos uma iniciativa do Governo do Estado, para que pudesse no seu intento minimizar as taxas, as tarifas de pedágio, ou fazer com que a licitação, a concorrência seja mais justa.

Posteriormente, Deputado Rossoni, se não for possível o Governo encaminhar a proposta aprovada por esta Casa, responda o Governo, mas, esta Casa haverá de dar, sim, na minha opinião, apoio para que o Governo possa cumprir com aquilo que diz: “que vai interferir para que as tarifas do pedágio sejam mais baratas.” Se isso for verdade, palmas para o Governo! Eu, particularmente, estou muito com a intenção que tem o Governo de baixar as tarifas de pedágio. Se ele vai conseguir, essa é uma outra coisa, não nos compete, eu não sou técnico. Eu não tenho a participação na montagem dessa empresa, não sou jurista, não sei se terá sucesso essa proposta, mas do ponto de vista político quero deixar claro, Deputado Edgar Bueno, vou votar favorável porque quero colaborar, sim, com o Governo para que interfira nas tarifas de pedágio, que na minha opinião elas são maiores do que deveriam ser, porque ninguém de sã consciência, pelo menos não vi neste estado, é contra o pedágio; é contra, sim, à cobrança do preço abusivo das tarifas.

Como sempre tive a minha posição clara e quando assumo uma posição a faço claramente, razão pela qual encaminho no sentido do meu voto pessoal, agradecendo aqui ao Deputado Rossoni por compreender a nossa posição divergente no momento da posição da Liderança do Governo, que também compreendo. Não acho menos justa, nem menos legítima. É uma posição encampada pela Liderança da Oposição, mas eu pessoalmente tenho esse entendimento que se o Governo busca essa interferência para baixar as tarifas de pedágio, independente da forma como seja, desde que não lese o patrimônio público, que assim seja feito, em nome do que é melhor para a população do Paraná, função mor de qualquer Governo.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

E penso que estamos aqui fazendo justificativa de voto. V. Exa. já votou a emenda, o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A emenda já está aprovada. O projeto é que está sendo encaminhado. Foi aprovado o parecer. Agora está sendo votado o projeto, ressalvadas as emendas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Estamos votando o parecer que não é costumeiramente dado em plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nós estamos em Comissão Geral.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Sem Partido)

Primeiramente gostaria que a Situação tivesse um pouco de respeito com a Oposição, porque não estamos aqui para passar batido não, Sr. Presidente. E nós votamos a emenda e não o projeto, porque estamos atentos e prontos, da Oposição, para poder encaminhar. Agradeço V. Exa. e não é à toa, V. Exa. é um jurista, por isso que tenho a maior certeza de que a verdade e os direitos desta Casa prevalecem.

Sr. Presidente, o Deputado meu amigo Zucchinho, eu não sei se entendi, poderá haver uma baixa do preço do pedágio. Ora! Estamos falando em pedágio que não existe. Esse pedágio que existe, conforme S. Exa. o Governador Requião sempre falou, é coisa do Satanás. Nós estamos falando agora de um pedágio que vai existir, que não tem absolutamente nada a ver com aquele que existe, ou estou errado? Porque quem vai determinar o preço da tarifa, o DER aqui do Paraná não tem atribuição nenhuma. Quem vai determinar o preço da tarifa é lá em Brasília. Hoje, o Presidente Lula é homem do povo, mas pode aparecer um Presidente que não seja tão homem do povo, que não se preocupe com o Bolsa Família., e podemos ter um pedágio mais caro do que já existe.

Srs. Deputados, o grande problema é que até hoje o Governo Requião não sujou as mãos com o pedágio, porque não foi ele quem implantou. Mas, se aprovarmos este projeto, ele está endossando, avalizando o pedágio que está entrando no Paraná. A diferença é esta.

Acho que tem que haver uma preocupação em preservar o homem correto, como é o Roberto Requião. E não é porque ele foi na Fazenda Rio Grande fazer campanha para um adversário meu que eu vou tirar os méritos do Governador, que ele tem. Só que não estou entendendo, hoje, aqui, é quando se discute um projeto para completar, irradiar este “pedágio do Satanás” em todas as estradas do Paraná. E a vítima, aqui, Srs. Deputados, acho que sou eu, porque politicamente falando, está certo que todos representam o sul do Paraná, mas aquele que vai ter que dar explicações lá em Areia Branca dos Assis, onde vai ter uma praça de pedágio, que terá que dar expli-



cações lá em Campo do Tenente, sou eu, que sou da região.

Se a Secretaria dos Transportes, tão bem governada pelo Tizzot e foi também pelo Deputado Pugliesi, eu tenho um projeto nesta Casa, que desde o começo sempre pedi que o pedágio fosse administrado pelo DER e não pelas concessionárias. Eu sempre fui contra, estão aí as notas taquigráficas, tem um projeto, nesta Casa.

Eu não sei, tecnicamente, Deputado Romanelli, se seria possível, já que se vai manchar as mãos, oficializar o pedágio no Paraná, se seria possível que pelo menos se preservasse o que o PMDB e a Oposição tanto lutou nesta Casa para preservar, que é a COPEL, quero aqui dizer que votei, lá atrás, num projeto autorizando o Governo a vender as ações da COPEL. Lá atrás, não no Governo Jaime Lerner.

Depois, quiseram reverter este projeto e eu continuei votando do jeito que estava, que tinha votado. Se a Secretaria dos Transportes pudesse administrar, ainda poderíamos explicar tecnicamente, mas a COPEL, uma das companhias mais sérias e honradas deste Brasil, vai entrar no jogo da picaretagem, porque ninguém pode convencer alguém que não exista maracutaia, picaretagem nos pedágios que existem no Paraná. Não tem como explicar isto.

Estas palavras não são da minha boca, são da boca do próprio Governador Roberto Requião, que sempre contestou e sempre colocou em dúvida a honestidade do pedágio do Paraná. E agora, estranhamente, ele vem e endossa, avaliza. Ela vai avalizar. Não estou percebendo.

E a ingerência política da COPEL vai ser muito grande. Deputados que não vão ser eleitos - talvez seja eu - Prefeitos não eleitos, eles serão nomeados para Diretores da COPEL. Isto não é novidade. A SANEPAR tem diversos Deputados nomeados Diretores também lá.

E este pedágio, administrado pela COPEL, além da picaretagem é uma politicagem, é o nepotismo que vai entrar dentro do pedágio do Paraná. Hoje, oficialmente, não existem recursos públicos nem cargos públicos nesta função, porque são concessionárias. Tão logo a COPEL assuma, será um tal de empregar filho de Prefeito que perdeu. Todos vão participar do pedágio através da COPEL, lamentavelmente.

Queria dizer que, tecnicamente conseguimos, quando o Deputado Waldyr Pugliesi era Secretário dos Transportes, que fosse construído um viaduto para ligar a cidade de Cornélio Procópio, porque não tem trincheira. Tecnicamente foi aprovado o projeto. Politicamente, construíram? Construíram mais um em Jataízinho, sem necessidade.

Lá em Cornélio Procópio o Governador Roberto Requião perdeu a eleição no 1º e 2º turnos, por 10 mil votos de diferença. Vai perder de novo, porque ninguém entende ter um viaduto e uma trincheira em Jataízinho.

Houve um pedido, tecnicamente, de Cornélio Procópio, mas politicamente não.

Faço aqui um apelo: sou contra porque não pode entrar política em pedágio. Se não fosse política, Cornélio Procópio não estaria passando por dificuldades, morrendo gente, porque para entrar na cidade tem que cruzar uma rodovia federal.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar com a palavra o Deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O pedágio em discussão novamente. Agora dentro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O que vemos? Grandes empreiteiros participando do processo licitatório, pelo seu grande capital, pelo seu know-how, pelo conhecimento de rodovia, foram eles os vencedores das concessões de rodovias no Brasil. Em São Paulo, onde o Governo era PSDB; no Rio Grande do Sul, onde o Governo era PT; no Paraná, onde era o antigo PFL.

Agora, o Lula Presidente passando para iniciativa privada a obrigação de conservar rodovias federais. Por quê? Porque acha que a função do estado é investir em saúde, educação e segurança pública. E as pesquisas mostram que a população é a favor das estradas pedagiadas, mas é contra o valor da tarifa cobrada.

O Governador Roberto Requião trazendo à tona que quer baixar o pedágio. Mas o Governador vai participar de uma licitação que liga São Paulo-Curitiba; Curitiba-Florianópolis; Florianópolis-Rio Grande do Sul. Ele será dono de concessões em outros estados, uma pequena parcela dentro do estado do Paraná.

Quero chamar a atenção de todos aqueles que estão aqui no Plenário. Se caso essa lei for aprovada, e os companheiros da COPEL estão aqui participando, tenho certeza que as empreiteiras que não têm nenhuma concessão no Brasil serão as sócias da COPEL. E aqui no estado do Paraná tem várias empreiteiras que querem entrar, que querem a parceria com a COPEL para que, através da COPEL possam vencer as licitações das empreiteiras grandes, da Odebrecht, da Camargo Correa, da CR Almeida.

A verdade dura é essa, e nós veremos isso que estou falando aqui.

Admira-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Oposição acabou no dia de hoje, Voltou a ser 7 Parlamentares. Nós começamos aqui no Plenário com quase 20 Parlamentares e, nesta votação de hoje, depois de 9 meses, combativos Parlamentares nesta Casa contra projetos do Governo, em especial projetos polêmicos como este, sumiram, ficamos em 7: Deputado Rossoni, Deputado Luiz Carlos Martins, Deputado Plauto, Deputado Cartário, acabou por aí, Srs. Deputados.

Quero deixar registrado e bem registrado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, depois de aprovado, vocês

vão ver empreiteiras aqui do Paraná, sócias da COPEL, para que possam elas colocar o pé e as mãos na concessão que vai ser vencida, com certeza, se a COPEL não for desclassificada no momento de concorrer. Serão sócios, com certeza, da COPEL e eles vencerão alguns desses trechos.

Só para deixar registrado, Sr. Presidente, para encerrar: olha, o Governador prometeu: “Ou o pedágio baixa ou o pedágio acaba”, mas onde ele tem que baixar e acabar que ele prometeu, Deputado Zucchi, como o senhor falou que queria dar ferramenta para ele baixar o pedágio, ele não tem condições, porque as concessões foram feitas por 24 anos e faltam 18 anos ainda de concessões no estado do Paraná. Se o Requião não conseguiu baixar o pedágio até agora, não é com esta COPEL que ele vai conseguir baixar o pedágio do Anel de Integração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, prestem atenção no que vai acontecer, agora no mês de outubro, logo depois que as licitações e os consórcios vierem para concorrer por essas rodovias.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por algumas razões, sou contrário a este projeto. Primeira razão: fui contrário à constitucionalidade porque todas as pessoas que me informei se posicionaram contrários e com fortes argumentos. Então, nada pode justificar um voto, rasgar, jogar no lixo a Constituição. Se os Procuradores do Estado fizeram isso, o Governo é passageiro e eles permanecerão, e vão lembrar dessa questão.

A segunda razão, Deputado Pugliesi, que sou contrário, é porque estou sendo governado, hoje, o povo do Paraná está sendo governado por um Governo, Deputado Reni, incompetente. Tem que ficar marcado isso porque um Governo que não cuida da segurança; um Governo que não cuida da saúde; um Governo que está transformando o porto de Paranaguá num caos; o Paraná está se transformando num corredor, corredor para Santa Catarina, de riquezas, porque o exportador paranaense se obriga, pela incompetência do porto de Paranaguá, a exportar pelos portos de Santa Catarina. Então, não tem como um Governo que é incompetente nas questões que são essenciais para a sua economia, Deputado Reni, você ser favorável que ele se envolva e o pior, com uma lei que não diz nada.

Como será feita essa empresa de economia mista? Como ela será constituída? Quem vai participar dessa empresa? Quem? Quem? Apareceu alguém até o presente momento? Não! É claro que se encontra uma justificativa e eu até entendo o posicionamento de alguns Parlamentares, como disse aqui o Deputado Augustinho Zucchi:

“Eu quero dar todas as ferramentas para o Governador Requião cumprir o compromisso que ele assumiu com a população do Paraná.” Eu também, mas não com o dinheiro público! Quando ele lá atrás, para vencer uma eleição, mentiu para o povo paranaense - e a palavra mentira é muito pesada, mas é verdadeira - quando ele disse: “ou baixa ou acaba”, quero crer que ele já tinha lido os contratos. Ele fez a promessa porque sabia que ia ficar a vida inteira entrando na Justiça e jogando para a platéia. Aí logo depois que ele assumiu veio, ali da tribuna, foi o discurso mais empolgante da minha vida, disse - agora vou exercer a minha função de Deputado: “A resposta do meu Governo vai ser transparente. O Deputado tem que exigir transparência. Ao Deputado pedindo informações terá que ter em 10 dias, 15 dias. Um decreto do Governador.”

Agora sim, estou na Oposição, já tenho um pouquinho de experiência, vou exercer a minha função porque esse Governador que assumiu é transparente.

Foi passando o tempo, ele veio aqui e pediu para encapar o pedágio. Esta Casa novamente, bondosamente, sob o argumento que temos que dar as ferramentas ao Governador para ele cumprir a promessa, autorizamos a encampação do pedágio.

Agora, tem uma outra promessa, da última eleição: “Os caminhos da liberdade”. Guardem este nome: liberdade. É uma heresia ele usar esta palavra. Sabem quando vai ser cumprido o caminho da liberdade? Quando os tataranetos dele estiverem governando o Paraná, se Deus quiser nunca mais. Quantas gerações vai precisar? Requião, neto, bisneto, tataraneto, 4 gerações. Os caminhos da liberdade vão permanecer no ar. Claro, estão fazendo uma ligação que anda a passos de tartaruga. Quando termina de fazer um quilômetro, o outro já está estragado. É esta a verdade! E ele conseguiu sobreviver 3 vezes Governador. Se formos daqui a 20 anos, principalmente os jovens, lembrar se ele conhecessem a história política do Paraná como nós conhecemos, se for lembrar deste Governo, vamos lembrar do Governo que prometeu baixar ou acabar com o pedágio, do Governo que encampou o pedágio, do Governo que construiu os caminhos da liberdade, do Governo que fala o dia inteiro mal da imprensa porque não se submete à vontade do poderoso chefe; do Governo que brigou com toda a Justiça, com os Desembargadores, com os Juízes, do Governo que brigou com o Ministério Público.

Há alguém que ainda está a salvo da sua metralhadora: esta Casa. Mas também, esta Casa não poderia ser melhor. Melhor que esta Casa para o Governador não existe. Aqui está o Papai Noel do Governador, porque esta Casa não quer saber de nada. O Diretor do porto veio esta semana com uma leva de denúncias gravíssimas, e não queremos saber. Aí, esta CEI que terá amanhã - o Deputado Rangel me pediu para estar presente porque ele estará em Brasília - ora, gente, o autor da CEI é o Deputado Rangel! Fizeram de tudo, me desculpe aqui a sinceridade, enterraram a CEI. E amanhã temos uma reunião

para fechar a tampa da marmelada, as 13h, onde estarei como titular da CEI. Pedi ao Deputado Rangel, para fechar, porque o fugitivo Airton Pissetti, diga-se de passagem, não por mim, Deputado Romanelli, o propineiro chamado pelo Secretário Mussi, que cobrava propina - não se irrite, não foi a Oposição que acusou de propineiro, de cobrar propina - quem afirmou isso foi um Secretário do Governo; quem afirmou que há corrupção no porto de Paranaguá, que é bastante, é um Diretor do porto. Correu um boato que foi demitido, mas claro, discordou, ou bateu com a língua nos dentes, porque não deram a parte dele. Alguma coisa errada aconteceu na corte de Paranaguá. E aí o que aconteceu? Está demitido!

O Papai Noel existe para o Governador Requião. Papai Noel somos nós, Srs. Parlamentares, porque um Governo que padece de competência, de seriedade, de verdade e de competência.

Quem é que não está preocupado com segurança? O que aconteceu comigo, para concluir, Sr. Presidente - até porque teremos mais encaminhamento, porque entregaremos essa batalha, mas vamos entregá-la pelas 22h - o que aconteceu com a minha família, nos últimos 15 dias? Sr. Presidente, para contar o que aconteceu com a minha família, por isso não autorizo o Governo a participar dessa questão. O meu filho, 24 anos de idade, mora no interior, veio a Curitiba e foi assaltado no Shopping Muller. Um cara com um revólver bateu no vidro e tomou tudo o que ele tinha: relógio, telefone, dinheiro, dele e da esposa. Eu disse: é porque o meu filho é um pouquinho melhor. É por isso. Tem que andar com um carro ruim. No outro dia, o meu funcionário, aqui, do gabinete, que tem um Fiat Mille, o mais baratinho possível, foi assaltado aqui no Juvevê. No outro dia, a empregada que trabalha conosco, que está fazendo curso de Enfermagem, pela manhã, foi no ponto de ônibus, às 7h da manhã, tomaram a sacola dela, da aula. Isso em uma semana, 3 pessoas da minha família! Imaginem se formos contabilizar de todos os meus amigos que estão aqui.

Então, Papai Noel existe. Este Governo é muito incompetente para estarmos autorizando, aqui, para que ele legisle por decreto.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Próximo orador, para encaminhar, Deputado Luiz Carlos Martins. Posteriormente, os Deputados Elio Rusch e Douglas Fabrício.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Por 5 minutos, apenas.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

O Regimento prevê 5.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

É verdade. O Deputado Elio Rusch dividiu o espaço com o Deputado Luiz Carlos Martins. Os 3 juntos vão falar 15 minutos.

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)**

Deputado Rossoni, que fase!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estava lendo, aqui, Deputado Romanelli, o início da mensagem dirigida a esta Casa, pelo Governador Requião. Realmente, o início é sedutor. Ele deve ter seduzido.

De autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 040/07, visa autorizar o estado do Paraná, Sr. Presidente, a COPEL S/A, a COPEL Participações S/A e a COPEL Empreendimentos Ltda., mediante ato do Chefe do Poder Executivo, mediante alteração de objeto social ou composição societária, assumir a exploração de infra-estrutura e a prestação de serviços públicos e obras.

Deputado Cartário, eu me lembro agora aqui do nosso saudoso e grande líder nacional, na minha opinião o político mais coerente que o Brasil já teve, mesmo não concordando com ele, mesmo aqueles que não concordavam com ele, ele foi o mais coerente de todos, Leonel Brizola, foi coerente a vida toda.

E eu me lembro que o saudoso Leonel Brizola, nosso grande líder, em alguns momentos ele falava da cerca, e a impressão que dá, Deputado Dobrandino, é que tem algumas empreiteiras se coçando na cerca da COPEL, infelizmente, para colocar o pé dentro da COPEL e esta mensagem abre a porteira. Em porteira que passa um boi, passa uma boiada.

Olha, qualquer medida que vise rever os valores dos pedágios, eu acho válido. Realmente o preço do pedágio é um absurdo. Acho válido e toda esta Casa acha válido também e votaria a favor para baixar o pedágio. O que não podemos é comprometer, na minha opinião, e respeitando a opinião dos companheiros, Deputado Plauto, é comprometer o futuro da COPEL. A COPEL é séria, não podemos levar a COPEL a uma aventura, e me parece que é uma aventura, e seremos cobrados daqui a 10, 15 anos.

Eu me lembro agora do dinheiro da Fundação COPEL. Quanto dinheiro, hein? E até agora nenhuma explicação, Deputado Rossoni, do dinheiro da Fundação COPEL, dos funcionários da COPEL, até agora nada, está debaixo de um tapete grosso, grosso, mais grosso do que muitas vezes a nossa omissão e a omissão é um pecado, que pecado!

Sr. Presidente, é uma pena porque eu teria alguns dados tão importantes aqui. Eu sou contra, os senhores perceberam, votarei contra.

Mas eu gostaria aqui, Sr. Presidente, que o Governador Requião aproveitasse a inteligência da COPEL, que o Governador aproveitasse a inteligência daqueles que dirigem a COPEL, que são homens e mulheres inteligentes, preparados, que fizessem parceria, fizessem um consórcio com a saúde para acabar com a dengue no

Paraná, Sr. Presidente, que fizesse um investimento para acabar com o analfabetismo, não até 2010, para acabar já, aproveitando a inteligência da COPEL. Que utilizasse a inteligência da COPEL sabe para quê, Sr. Presidente? Para atuar nas estradas vicinais do Paraná, que estão abandonadas, para construir silos e armazéns para os nossos produtores tão abandonados. Aí sim valeria a pena!

Vejam o caso das promessas todas feitas, Sr. Presidente, e nós sempre apoiamos aqui, agora, não podemos participar, de forma nenhuma. Até porque, Sr. Presidente, eu fui eleito no Paraná apoiando o Senador Osmar Dias e nós perdemos a eleição para o Governo. Quando nós perdemos a eleição para o Governo, o povo nos deu uma missão, a missão do bom combate, a missão da Oposição, Oposição séria, não Oposição por oposição, oposição propositiva. Essa é a missão que recebemos do povo do Paraná. Quem ganhou foi o Governador Roberto Requião, nós perdemos, foi por pouco, mas nós perdemos a eleição.

Então, essa é a missão que temos aqui: de questionar, de tentar dirimir dúvidas, mas não é vendo novamente com essa perspectiva. Disse bem o Deputado Cartário: “Como é um pedágio que não existe?” Porque o que aí está, o pedágio que aí está, Sr. Presidente, não tem como baixar. É claro que nós queremos, é claro que desejamos e tem todo o nosso apoio! Agora, o pedágio que virá, quem sabe, Sr. Presidente?

Então, respeitando a opinião de todos os companheiros desta Casa, quero dizer aos senhores que votarei contra, por convicção, até porque a mensagem tem muitas falhas e, na minha opinião, ela não é constitucional.

Obrigado.

#### O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, sei que pode estar até no adiantado da hora, para alguns, mas para decidir o voto nesse projeto eu não estou olhando só a questão do pedágio baixa ou acaba, porque isso foi uma mentira, o pedágio não baixou e não acabou, mas o Governador ganhou a eleição!

Eu olhei hoje a Gazeta do Povo e tinha lá uma reportagem sobre os funcionários da COPEL, as associações dos funcionários e tem 4 que estão se manifestando contra o projeto. Eu li a reportagem e fiquei imaginando por que eles seriam contra. De repente a COPEL poderia crescer, poderia ter mais emprego, poderia melhorar o salário das pessoas que estão lá trabalhando, só que também poderia acontecer o contrário. Eu, antes de vir trabalhar aqui na Assembléia, trabalhava no SEBRAE e no SEBRAE nós fazíamos projetos de viabilidade, para que uma pessoa possa investir o seu dinheiro num projeto que seja viável. Isso começando da pequena empresa e à medida que a empresa vai crescendo ele vai ampliando, vai gerando mais emprego e assim por diante. Aqui têm alguns Deputados que serão Prefeitos já no próximo ano, irão disputar eleição, irão ganhar e irão administrar o

dinheiro público. Como o dinheiro é público é dinheiro sagrado, não dá para pegar e fazer aventura.

A COPEL tem um projeto chamado Luz Fraterna que o Governo, quando na campanha, ganhou muitos votos com esse projeto. Eu perguntava para um Deputado aqui sobre quanto estamos falando, quanto dinheiro? É R\$ 10 bilhões que estamos falando, arredondando os números, que precisa para esse investimento! “Ah, mas vai demorar 25 anos.” Só que a população está preocupada com o agora, precisa investimento agora, na saúde pública, a população, aqueles que votaram em qualquer um de nós que estamos aqui, viu Deputado Romanelli, o senhor que esteve lá na cidade de Roncador, o senhor que se colocou como Deputado de Roncador, posso assegurar que o povo de Roncador quer que o pedágio baixe, assim como eu também quero que baixe, mas é para baixar o pedágio que está instalado aí!

Esse dinheiro, Deputado Zucchi, o Governo poderia utilizar para construir aquelas rotas alternativas que ele propôs na campanha. E não colocar agora a COPEL para poder fazer uma aventura.

A minha preocupação é com os funcionários da COPEL, é com as pessoas que votaram no Governo pensando que o pedágio iria baixar e não que iriam surgir novos pedágios, porque essa ação não vai baixar o preço do pedágio que já existe. Aquela travessa que tem entre Maringá e Campo Mourão, entre Maringá e Londrina, entre Campo Mourão e Mamborê e tantas outras praças de pedágio que tem no Paraná.

Então, vim encaminhar, aqui, vou votar contrário ao projeto pensando na população, pensando naquelas pessoas que quando eu fui candidato, fui de casa em casa pedindo voto e dizendo que o meu voto a população saberia como seria e seria sempre em favor da população, não contra o Governo, em favor da população.

Ouvi alguns falarem, aqui na bancada, do pedágio. Estou aqui na Assembléia há 8 meses, não conheço dono de pedágio, o meu voto é em favor da população.

Então, por isso venho encaminhar, não vou me alongar muito, porque o Presidente me deu 5 minutos. Posso até ter menos tempo na hora de encaminhar, mas sou igual a todos os Deputados: na hora de votar, tenho um voto.

Muito obrigado.

#### O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, na verdade sabemos que seremos voto vencido. Quero me inscrever amanhã, se não houver inscritos, para usar o Grande Expediente para fazer um histórico do pedágio no Paraná e um histórico em relação ao que a Assembléia está aprovando hoje.

Nós, até em respeito aos Parlamentares, não encaminhamos para discutir, encaminhamos direto para votar. Parece-me, Srs. Deputados, que quem é contra o projeto é a favor do aumento. Não é isso que está se discutindo e isso tem que ficar claro. O que estamos discutindo, poucos falaram, estamos discutindo a participação da

COPEL em empreendimentos na participação da constituição de uma empresa para participar da licitação do pedágio. É isso que estamos questionando. Todos nós queremos, sim, um preço mais justo no pedágio. Agora, querer dizer porque o Governo mandou uma mensagem para a Assembléia é que o pedágio vai baixar!

Srs. Deputados, vamos entender rapidamente o que aconteceu com o pedágio que existe no Paraná, hoje. Todos os lotes que existem hoje, as empresas reconstruíram e construíram asfaltos novos. O asfalto para Irati não existia, o asfalto de Cascavel a Foz do Iguaçu era intransitável, as empresas construíram asfalto novo. Agora não, o Governo Federal arruma as estradas e vai pedagiá-las, com ou sem participação de uma empresa estatal. Na licitação, com toda certeza, o preço é mais baixo. Tanto é, Srs. Deputados, que já existe um preço máximo e um preço mínimo fixado. É isso que está se discutindo.

O Deputado Valdir Rossoni foi feliz quando disse, já disse na semana passada e volto a dizer: o estado está se metendo em um negócio, está gastando dinheiro onde ele não precisa, são R\$ 9 bilhões e 600 milhões, que podem ser aquecidos através de livre iniciativa, porque o controle é do Governo Federal.

A saúde pública está um caos! Deputados de Ponta Grossa, de Cascavel e de todos os cantos do Paraná reclamam da saúde. A segurança então, nem se fala! Na área social, um caos! A agricultura, o Programa Paraná 12 Meses acabou e não existe outro programa, a não ser o programa do PRONAF e Pronafinho do Governo Federal. E se discute agora a participação da COPEL Empreendimentos numa nova empresa para participar de uma licitação cujo retorno virá para essa empresa depois de 14 anos. Quem disse isso não é o Elio Rusch, quem disse isso foram os próprios representantes do Governo, quando aqui chegaram.

Ora, Srs. Deputados, se não fosse assim, está aqui a carta - que eu já falei no Pequeno Expediente - que os funcionários da COPEL fizeram. Os funcionários da COPEL já falaram que a COPEL entende, sim, da geração, da transmissão e da distribuição da energia. Nisso a COPEL tem know-how. Em transporte rodoviários ela não tem.

Nós somos contra a participação da COPEL Empreendimentos para construir a uma nova empresa. Primeiro, pela forma ilegal; segundo, nós contra o mérito, porque o Governo do Estado tinha que usar os seus recursos para aplicar na saúde, na educação e na segurança pública.

Lá que é tarefa do Governo do Estado, deixa para que a empresa possa investir e aquecer a nossa economia.

Inscrevo-me, amanhã, Sr. Presidente para falar sobre esse assunto, porque sei que nós temos voto vencido, hoje, sem sombra de dúvida, pelo rolo compressor que o Governo está usando no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a discussão. Em votação o projeto.

Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Os Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

**O projeto já está aprovado.**

Os Deputados que rejeitam o projeto queiram levantar-se.

**Está aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Estão em votação as emendas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria que fosse lida, se possível, a emenda que será votada, para não cometamos nenhum equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

São duas emendas. Duas emendas modificativas e uma emenda supressiva.

A emenda modificativa tem parecer contrário da CCJ.

A emenda supressiva tem parecer favorável.

Vou passar à leitura das mesmas.

(**Leitura da emenda supressiva**)

**Aprovada a emenda.**

(**Leitura da emenda aditiva**)

Em discussão a emenda. Em votação.

Há parecer contrário, do Relator Artagão Júnior, já aprovado na CCJ.

Vamos votar esta Emenda Aditiva nº 01.

Deputado Rossoni para encaminhar a emenda.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, trocando em miúdos, a grande verdade é que a nossa emenda, emenda dos Deputados da Oposição, diz o seguinte: numa eventualidade do Governador com esse procedimento, com a aprovação dessa lei o Governo do Paraná tenha prejuízo, o Governador responderá na pessoa física, responderá pelos prejuízos pessoalmente. Já que o Governo tem certeza absoluta que esse empreendimento terá sucesso, não vejo porquê não aprovar a nossa emenda, porque é muito fácil, Sr. Presidente, como Governador tomo as minhas atitudes, satisfaço o meu ego político, justifico o não cumprimento das minhas promessas e o passivo fica para o povo pagar. Passivo tem que ficar para o governante pagar, porque o governante tem que ser responsável pelas suas atitudes. E por essa razão, nada melhor de quem é o autor do projeto de lei. O autor é o Governador Requião. Se der prejuízo ao estado, qualquer cidadão paranaense poderá executá-lo, exigir que ele pague os prejuízos.

Estou sendo didático. Primeiro na questão do mérito, até se justificava porque o Governador é marqueteiro. Ele joga para a torcida. Agora não. Agora a torcida

está contra ele, a torcida quer que ele pague se causar prejuízos ao Paraná e por essa razão conto com os Parlamentares, V. Exa. dará o encaminhamento, porque o parecer do Relator foi contrário. Então temos que votar contra o parecer do Deputado Artagão. É este o meu encaminhamento.

Nós votamos favorável a emenda. Sim!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação a Emenda nº 01, com parecer contrário da comissão.

Os Deputados que rejeitam a emenda permaneçam como estão.

Está rejeitada a emenda.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder à verificação de votação.

Os Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

Quinze Srs. Deputados aprovam a emenda!

Vinte e cinco Srs. Deputados rejeitam a emenda!

Uma abstenção.

**Está rejeitada a emenda.**

### ***Requerimentos***

Sobre a mesa, Requerimento nº 2877, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expedi-

ente, solicitando a realização de mais 02 (duas) Sessões Extraordinárias na data de hoje. **Aprovado.** à Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2876, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, com apoioamento do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 679/07

Levanta-se a Sessão.



# S U M Á R I O

<p><b>DIÁRIO Nº 117</b></p> <p><b>10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA</b></p> <p><b>SUMÁRIO</b></p> <p>Mesa Executiva.....15</p> <p>Presenças.....15</p>	<p><b>Abertura da Sessão ..... 15</b></p> <p><b>Ordem do Dia:</b></p> <p>Discussão/Votação</p> <p>3ª Discussão ..... 15</p> <p><b>Encerramento da Sessão ..... 16</b></p>
--	---

## DIÁRIO Nº 117

### 10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

#### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2007

(segunda-feira)

#### Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Alexandre Curi e Edgar Bueno.

#### Presenças:

Às dezenove horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Ste-

phanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Ribas Carli Filho e Nereu Moura (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

#### Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido e nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

#### Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

#### Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### 3ª Discussão

##### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 679/07, de autoria

do Poder Executivo - Mensagem nº 040/07, que visa autorizar o estado do Paraná, a COPEL S/A, a COPEL Participações S/A e a COPEL Empreendimentos Ltda., mediante ato do Chefe do Poder Executivo, mediante alteração de objeto social ou composição societária, assumir a exploração de infra-estrutura e a prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de gestão, recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração de rodovias, dentro ou fora dos limites territoriais do estado do Paraná, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM SUBEMENDA DA COPTC. AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação as emendas. Em discussão. **Aprova-**  
**das.**

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 679/07.

Levanta-se a Sessão.





## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 118**

### **11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>17</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>17</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>17</b>
<b>Ordem do Dia:</b>	

#### Discussão/Votação

Redação Final.....	18
--------------------	----

#### **Encerramento da Sessão ..... 18**

#### **Publicações:**

#### Comissão Executiva

Atos .....	19
------------	----

#### Atas de Comissão

Constituição e Justiça.....	27
-----------------------------	----

Obras Públ., Transp. e Comun. .	35
---------------------------------	----

### **DIÁRIO Nº 118**

### **11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2007**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Alexandre Curi e Edgar Bueno.

#### **Presenças:**

Às dezenove horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson

Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Ribas Carli Filho e Nereu Moura (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças.

#### **Ordem do Dia:**

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

#### **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## Redação Final

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 679/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/07. Visa autorizar o Estado do Paraná, a COPEL S/A, a COPEL Participações S/A e a COPEL Empreendimentos Ltda., mediante ato do Chefe do Poder Executivo, mediante alteração de objeto social ou composição societária, assumir a exploração de infra-estrutura e a prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de gestão, recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração de rodovias, dentro ou fora dos limites territoriais do estado do Paraná, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 679/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam o estado do Paraná, a COPEL S/A, a COPEL Participações S/A e a COPEL Empreendimentos Ltda. autorizados em conjunto ou isoladamente, mediante ato do Chefe do Poder Executivo, mediante a criação de outras sociedades ou mediante alteração de objeto social ou composição societária, a assumir a exploração da infra-estrutura e a prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços públicos de gestão, recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração de rodovias, dentro ou fora dos limites territoriais do estado do Paraná, ficando ainda autorizados, para os fins acima relacionados, a participar, majoritária, de consórcios ou sociedades com pessoas jurídicas, inclusive na forma de sociedade anônima.

§ 1º Para os fins previstos no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a criar sociedades por ações na forma de sociedade de economia mista.

§ 2º Ficam as pessoas jurídicas relacionadas neste artigo autorizadas a alterar seu objeto social, associar-se com outras pessoas jurídicas, e promover as composições societárias ao cumprimento das exigências do poder concedente dos serviços públicos.

§ 3º Ficam as pessoas jurídicas relacionadas no *caput* deste artigo, para compor propostas em processos licitatórios, autorizadas a colher preços de bens, serviços e obras fornecidos por terceiros e assinar pré-contratos com dispensa de licitação.

§ 4º Vencido o certame, poderá ser efetivada a contratação direta de que trata o parágrafo 3º, com dispensa de licitação.

Art. 2º Ficam, ainda, as sociedades relacionadas no artigo anterior, suas sucessoras, subsidiárias ou as sociedades de economia mista criadas por iniciativa do Poder

Executivo, autorizadas a constituir consórcio com outras pessoas jurídicas, sociedades privadas ou de economia mista, com o propósito de atender aos requisitos necessários à participação em licitações e contratações de concessão dos serviços públicos referidos no artigo 1º.

Parágrafo Único. A autorização, referida no *caput* deste artigo, compreende a constituição de tantas sociedades, inclusive de propósito específico, quantas forem necessárias, na forma de sociedade por ações, com as demais integrantes de consórcios constituídos para celebrar contratos de concessão de serviço público precedido de obra pública compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração de rodovias.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir o estado do Paraná na composição societária das empresas relacionadas no artigo 1º desta lei ou de suas sucessoras e para tanto promover as alterações orçamentárias necessárias à inclusão do estado do Paraná nas composições societárias ou ao cumprimento das exigências dos poderes concedentes para a concessão dos serviços públicos vinculados às rodovias.

Art. 4º Fica proibida a participação de empresas nas sociedades, a que se refere o artigo 1º desta lei, que se encontrem comprovadamente inadimplentes com o erário, ou que por qualquer motivo, deram causa ao descumprimento de cláusulas contratuais com a administração direta ou indireta do Governo do Estado.

Parágrafo Único. A proibição, de que trata o *caput* deste artigo, abrange empresas cujo algum dos sócios tenha participado na composição societária de outras empresas que se encontrem, comprovadamente, inadimplentes com o erário, ou que por qualquer motivo, deram causa ao descumprimento de cláusulas contratuais com a administração direta ou indireta do Governo do Estado.

Art. 5º Esta lei será regulamentada por decreto, no que couber.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24.09.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

## ***Publicações:***

### ***Comissão Executiva***

#### ***Atos***

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1778/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7717, datado de 01 de agosto de 2007, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

prover MARIA JOANA NASSAR MACHADO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Stephanes Junior, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1779/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8334, datado de 15 de agosto de 2007, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

prover RUBILEI RIBEIRO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1780/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8331, datado de 15 de agosto de 2007, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

prover BENEDITO FERMINO ADONIS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1781/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e

tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7378, datado de 17 de julho de 2007, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

prover TATIANA WITCHMICHEN AGIBERT, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança do Governo, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1782/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8465, datado de 16 de agosto de 2007, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

prover LIDIA LUCIA CABRAL, para exercer cargo em Comissão, junto a Diretoria Geral, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1783/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### **R E S O L V E :**

prover EDUARDO JOSE GBUR, para exercer cargo em Comissão, junto a Diretoria Geral, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1784/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8333, datado de 15 de agosto de 2007, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

prover NEILSON RODRIGUES, para exercer cargo em Comissão, junto a Diretoria Geral, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1785/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8727, datado de 27 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover ELIANE FIGUEIREDO RODRIGUES, para exercer cargo em Comissão, junto a Diretoria Geral, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1786/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6864, datado de 10 de julho de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover MARILIA MOREIRA DIAS, para exercer cargo em Comissão, junto a Diretoria Geral, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1787/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8726, datado de 27 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover RODRIGO SKALICZ SOLDA, para exercer cargo em Comissão, junto a Diretoria Geral, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1788/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8163, datado de 13 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover RIBAMAR MICHAEL DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1789/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8072, datado de 09 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover EDUARDO NEVES TEIXEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1790/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8631, datado de 22 de julho de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover PAULO RICARDO SCHIER, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1791/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8630, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA GAIGA, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1792/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8064, datado de 09 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover CARLOS FABIANO BARANOSKI, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1793/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8061, datado de 09 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover ZILDA MARIA ABAGE, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1794/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8062, datado de 09 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover ANDERSON VIRGILIO PEREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1795/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8063, datado de 09 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover JULIANA DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1797/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8071, datado de 09 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover PAULO GLENIO SIQUEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1798/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8073, datado de 09 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover LINCOLN GABRIEL DALMAZ, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1799/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8076, datado de 09 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover FERNANDA DOS PASSOS CALDEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1800/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8638, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover JONAS ALMEIDA CARVALHO JUNIOR, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1801/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8632, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover CEZAR NILDO VICENTE DE LIMA, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1802/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7809, datado de 27 de agosto de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

prover JOSE CARLOS DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1803/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8066, datado de 09 de agosto de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

prover SELONITE FATIMA CARRARO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1804/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6990, datado de 11 de julho de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

prover MARIA CRISTINA DE SILVIO GOMES BARBAO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1806/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6890, datado de 09 de julho de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

prover WALDENIR STORTTI, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1807/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8065, datado de 09 de agosto de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

prover ELIZA COSCIA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1808/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8323, datado de 15 de agosto de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

prover LUIS SERGIO COSTA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1809/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8324, datado de 15 de agosto de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

prover MAURICIO ROSANOVA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1810/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8326, datado de 15 de agosto de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

prover VIRLEI Malfatti, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1811/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8642, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover ELISSA MARIA BRAGA BELICH, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1812/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8643, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover ERIVALDO MUSZALAKI PEREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1813/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8645, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover MAURICIO LEONARDO BECKER, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1814/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8644, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover PAULO VIEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1815/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8639, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover JOAREZ ROSA DE SA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1816/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8733, datado de 27 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover FERNANDA CASTRO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1817/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8734, datado de 27 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover FLAVIA FERNANDES DA SILVA GOMES, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1818/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8207, datado de 14 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover CARLOS CARBONI, para exercer cargo em Comissão, junto a 2ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1819/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8254, datado de 14 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover JOAO PAULO KOVALIK TRZASKACZ, para exercer cargo em Comissão, junto a 2ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1865/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8481, datado de 20 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover LUCIANO ROBERTO DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1866/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8075, datado de 09 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover VALDECIR ALBIERI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Dr. Batista, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1868/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8474, datado de 20 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover CAMILA DE MORAES NEVES, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, junto ao Gabinete do Deputado Caíto Quintana, deste Poder, a partir de 01 de agosto de 2007, ficando a mesma autorizado (a) a

prestar serviços Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1870/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8362, datado de 15 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover KELVYN WILLIAMS NIEDZWIEDZ, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, junto ao Gabinete do Deputado Dobrandino da Silva, deste Poder, a partir de 01 de agosto de 2007, ficando a mesma autorizado (a) a prestar serviços Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1871/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8362, datado de 15 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover GESIANI PIERI FALAT, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Dobrandino da Silva, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1873/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover JOAQUIM BATISTA DA SILVA FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Antonio Anibelli, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário



## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1875/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1875, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover LUIZA DE OLIVEIRA LITERONI SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Antonio Annibelli, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1877/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover CYNTHIA MARIA MANSUR COSTA, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1854/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8385, datado de 16 de janeiro de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOSE APARECIDO CARRARETTO, do cargo em Comissão, da Liderança do PMDB, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1855/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8371, datado de 16 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, GABRIELLA RIBAS FERREIRA, do cargo em Comissão, da Liderança do PSB, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1857/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8637, datado de 22 de julho de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MICHAEL DAVID CARVALHO do cargo em Comissão, da Presidência, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1858/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ROBSON TEIXEIRA do cargo em Comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1859/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8494, datado de 20 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARCOS MARAES E SILVA do cargo em Comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1860/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, EURIPEDES MORAES ROESEL do cargo em Comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1861/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8477, datado de 20 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, EDSON DOS SANTOS MARTINS do cargo em Comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1863/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8253, datado de 14 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, RODRIGO SOPPA do cargo em Comissão, da 2ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1864/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8206, datado de 14 de agosto de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LUCIMAR LUCAS CARBONI do cargo em Comissão, da 2ª Secretaria, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1867/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, CAMILA DE MORAES NEVES, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Caíto Quintana, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1869/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, KELVYN WILLIAMS NIEDZWIEDZ, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Dobrandino da Silva, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1872/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOAQUIM BATISTA DA SILVA FILHO, do cargo em Comissão, da Liderança do PMDB, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1874/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LUIZA DE OLIVEIRA LITERONI SILVA, do cargo em Comissão, da Liderança do PMDB, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1876/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, CYNTHIA MARIA MANSUR COSTA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1893/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, LUIZ ABI ANTOUN, do cargo em Comissão, do Gabinete da Presidência, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1895/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

retifica, o Ato da Comissão Executiva nº 1507/07, publicado no Diário da Assembléia nº 089/07, datado de 08 de agosto de 2007, onde se lê “Liderança do PSL”, leia-se “Gabinete da 1ª Secretaria”.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

**Atas de Comissão****Constituição e Justiça**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Professor Luizão e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, passando à Ordem do Dia: 01) Proposição Veto nº 087/04, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 185/04, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 02) Proposição Veto nº 091/06, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 283/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer do Deputado Valdir Rossoni, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, lido pelo Deputado Reni Pereira. APROVADO; 03) Proposição Veto nº 092/06, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 284/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer do Depu-

tado Valdir Rossoni, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, lido pelo Deputado Reni Pereira. APROVADO; 04) Proposição Veto nº 093/06, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 501/05, de autoria do Deputado Valdir Leite. Parecer do Deputado Valdir Rossoni, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, lido pelo Deputado Reni Pereira. APROVADO; 05) Proposição Veto nº 097/06, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 156/06, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer do Deputado Reni Pereira, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 06) Proposição Veto nº 006/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 416/06, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen. Parecer do Deputado Artagão Júnior FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 07) Proposição Veto nº 007/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 223/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer do Deputado Artagão Júnior FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 08) Proposição Veto nº 008/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 061/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti. O Deputado Reni Pereira solicita vistas. Concedido pelo Presidente; 09) Proposição Veto nº 009/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 311/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer do Deputado Artagão Júnior, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 10) Proposição Veto nº 010/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 488/06, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer do Deputado Carlos Simões, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 11) Proposição Veto nº 011/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 350/06, de autoria da Deputada Elza Correia. Parecer do Deputado Carlos Simões, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 12) Proposição Veto nº 012/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 338/06, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer do Deputado Carlos Simões, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 13) Proposição Veto nº 013/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 753/05, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer do Deputado Carlos Simões, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 14) Proposição Veto nº 014/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 460/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer do Deputado Douglas Fabrício, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 15) Proposição Veto nº 015/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 138/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo. Parecer do Deputado Douglas Fabrício, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 16) Proposição Veto nº 016/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 229/06, de autoria do Deputado Francisco Bühner. Parecer do Deputado Douglas Fabrício, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APRO-

VADO; 17) Proposição Veto nº 017/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 556/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer do Deputado Douglas Fabrício, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 18) Proposição Veto nº 018/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 485/05, de autoria do Deputado José Scarpellini. Parecer do Deputado Francisco Bühner, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 19) Proposição Veto nº 019/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 335/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer do Deputado Francisco Bühner, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 20) Proposição Veto nº 020/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 174/04, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. O Deputado Reni Pereira solicita vistas - Concedido pelo Presidente; 21) Proposição Veto nº 021/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 557/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 22) Proposição Veto nº 022/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 509/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 23) Proposição Veto nº 023/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 411/06, de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 24) Proposição Veto nº 024/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 031/06, de autoria do Deputado Elio Rusch. O Deputado Reni Pereira solicita vistas. Concedido pelo Presidente; 25) Proposição Veto nº 025/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 373/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer do Deputado Nereu Moura, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 26) Proposição Veto nº 026/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 454/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer do Deputado Nereu Moura, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 27) Proposição Veto nº 027/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 364/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer do Deputado Ney Leprevost, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 28) Proposição Veto nº 028/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 542/06, de autoria do Deputado Barbosa Neto. Parecer do Deputado Ney Leprevost, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 29) Proposição Veto nº 029/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 547/03, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. O Deputado Nereu Moura solicita vistas - Concedido pelo Presidente; 30) Proposição Veto nº 030/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 325/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer.

Parecer do Deputado Mauro Moraes, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 31) Proposição Veto nº 031/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 359/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer do Deputado Mauro Moraes, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 32) Proposição Veto nº 033/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 430/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer do Deputado Mauro Moraes, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 005/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes. APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 007/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. O Deputado Reni Pereira, Relator, solicita conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO pelo Presidente; 35) Projeto de Lei nº 009/07, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho. O Deputado Douglas Fabrício, Relator, solicita conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Secretaria de Estado do Planejamento - DEFERIDO pelo Presidente; 36) Projeto de Lei nº 019/07, de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ney Leprevost. APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 021/07, de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior. APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 027/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins. APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 033/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira. APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 036/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto e outros. O Deputado Douglas Fabrício, Relator, solicita conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Secretaria de Estado do Planejamento. DEFERIDO pelo Presidente; 41) Projeto de Lei nº 050/07, de autoria do Deputado Edgar Bueno. O Deputado Douglas Fabrício, Relator, solicita conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Secretaria de Estado do Planejamento. DEFERIDO pelo Presidente; 42) Projeto de Lei nº 053/07, de autoria do Deputado Chico Noroeste. O Deputado Douglas Fabrício, Relator, solicita conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Secretaria de Estado do Planejamento. DEFERIDO pelo Presidente; 43) Projeto de Lei nº 054/07, de autoria do Poder Executivo. O Deputado Valdir Rossoni solicita vistas - Concedido pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Edgar Bueno, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Professor Luizão, Reni Pereira, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição Veto nº 094/06, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 523/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer do Deputado Professor Luizão, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 02) Proposição Veto nº 095/06, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 568/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer do Deputado Professor Luizão, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 03) Proposição Veto nº 096/06, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 524/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer do Deputado Professor Luizão, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 04) Proposição Veto nº 008/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 061/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer do Deputado Artagão Júnior, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 05) Proposição Veto nº 020/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 171/04, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer do Deputado Francisco Bühner, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 06) Proposição Veto nº 024/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 031/06, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer do Deputado Nereu Moura, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 07) Proposição Veto nº 029/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 547/03, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer do Deputado Ney Leprevost, CONTRÁRIO ao encaminhamento à Plenário, por ter sido apostado fora do prazo constitucional. APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 011/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo. O Deputado Francisco Bühner, solicita conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado da Educação - DEFERIDO; 09) Projeto de Lei nº 022/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati. O Deputado Professor Luizão, Relator, solicita devolução da matéria ao autor para sanar vícios - DEFERIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 029/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo.

Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício. APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 054/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura. APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 018/07, de autoria do Deputado Reni Pereira. O Deputado Nereu Moura solicita a conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado da Cultura. DEFERIDO pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 030/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício. APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 031/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira. APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 034/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira. APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 035/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo. O Deputado Edgar Bueno solicita vistas. Concedido pelo Presidente; 17) Projeto de Lei nº 048/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Deputados e pormim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
 Ana Andretta - Secretária

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Edgar Bueno, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Nereu Moura, Professor Luizão e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição Veto nº 032/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 593/06, de autoria do Deputado Renato Gaúcho e outros. Parecer do Deputado Reni Pereira, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 02) Proposição Veto nº 034/06, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 425/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer do Deputado Reni Pereira, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário. APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 008/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Professor Luizão. APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 032/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer CONTRÁRIO do

Deputado Reni Pereira. APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 037/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão. APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 038/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Deputado Nereu Moura solicita vistas - Concedido pelo Presidente; 07) Projeto de Lei nº 039/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni, na forma da emenda substitutiva anexa. APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 049/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior. APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 055/07, de autoria do Deputado Edgar Bueno e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício, na forma da emenda anexa. APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 056/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura, na forma da emenda aditiva anexa. APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 057/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. O Deputado Valdir Rossoni, Relator da matéria, solicita diligência junto à Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 058/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ney Leprevost. APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 059/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ney Leprevost. APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 061/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Os Deputados Mauro Moraes e Nereu Moura solicitam vistas - Concedido pelo Presidente; 15) Projeto de Lei nº 062/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Deputado Ney Leprevost, Relator, solicita a devolução da matéria ao autor para sanar vícios - DEFERIDO pelo Presidente; 16) Projeto de Lei nº 063/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira. APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 064/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior. APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 065/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins. APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 079/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões. APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 012/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões. APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 014/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões. APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 023/07, de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões. APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 024/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões. APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 071/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões. APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 077/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo. Parecer

FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões. APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 080/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Junior, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Professor Luizão, Valdir Rossoni e Waldir Pugliesi. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 054/07 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Valdir Rossoni solicita vistas - CONCEDIDO pelo Presidente; 02) Projeto de Lei nº 084/07 de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 085/07 de autoria dos Deputados Jocelito Canto, Marcelo Rangel, Péricles de Mello e Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 097/07 de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Junior - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 099/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Junior - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado

Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se à Ordem do Dia: O Deputado Nereu Moura requer a preferência de votação do Projeto de Lei nº 054/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento do Deputado Nereu Moura - APROVADO. 01) Projeto de Lei nº 054/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura às emendas de Plenário - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Luiz Carlos Martins, Reni Pereira e Valdir Rossoni à Emenda nº 01 e com voto contrário dos Deputados Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins e Valdir Rossoni à Emenda nº 04; 02) Proposição de Veto nº 002/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei Complementar nº 249/05 de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 03) Proposição de Veto nº 003/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 760/05 de autoria dos Deputados José Domingos Scarpellini e Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 04) Proposição de Veto nº 004/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 525/06 de autoria dos Deputados José Domingos Scarpellini e Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 05) Proposição de Veto nº 005/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 309/06 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 015/07 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 016/07 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 043/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 044/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Sr. Deputado Reni Pereira solicita vistas - CONCEDIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 017/07 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. O Sr. Deputado Professor Luizão solicita vistas - CONCEDIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 010/07 de autoria do Deputado Pedro Ivo. O Sr. Deputado Francisco Bühner requer diligência à Secretaria de Estado da Educação - DEFERIDO pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 041/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Sr. Deputado Douglas Fabrício solicita vistas - CONCEDIDO pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 042/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Deputado Reni Pereira requer diligên-

cia à Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO pelo Presidente; 14) Projeto de Lei nº 047/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. O Sr. Deputado Valdir Rossoni solicita vistas - CONCEDIDO pelo Presidente; 15) Projeto de Lei nº 051/07 de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 072/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 076/07 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 078/07 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 082/07 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 083/07 de autoria do Deputado Ademar Traiano. O Deputado Reni Pereira requer diligência à Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO pelo Presidente; 20) Projeto de Lei nº 086/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**4ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Nereu Moura, Professor Luizão, Ney Leprevost e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 015/07 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. O Deputado Tadeu Veneri solicita a devolução da matéria ao autor para que possa sanar os vícios - DEFERIDO pelo Presidente; 02) Projeto de Lei nº 017/07 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. O Deputado Tadeu Veneri solicita a devolução da matéria ao autor para que possa sanar os vícios - DEFERIDO pelo Presidente; 03) Projeto de Lei nº 038/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 041/07 de autoria do

Deputado Mauro Moraes. O Deputado Francisco Bühler, Relator, solicita a conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública - DEFERIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 047/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. O Deputado Carlos Simões, Relator, acolhe voto em separado FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 061/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühler - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 069/07 de autoria do Deputado Francisco Bühler. O Deputado Mauro Moraes solicita vistas - CONCEDIDO pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 070/07 de autoria do Deputado Francisco Bühler. O Deputado Mauro Moraes solicita vistas - CONCEDIDO pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 087/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 091/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Deputado Mauro Moraes solicita vistas - CONCEDIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 092/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Deputado Professor Luizão, Relator da matéria, solicita diligência junto à Secretaria de Estado da Educação - DEFERIDO pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 094/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 095/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ney Leprevost - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 103/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. O Deputado Francisco Bühler, Relator, solicita a conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO pelo Presidente; 15) Projeto de Lei nº 106/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Os Deputados Nereu Moura e Pastor Edson Praczyk solicitam vistas - CONCEDIDO pelo Presidente; 16) Projeto de Lei nº 110/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. O Deputado Douglas Fabrício, Relator, solicita a devolução da matéria ao autor para sanar vícios - DEFERIDO pelo Presidente; 17) Projeto de Lei nº 113/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 115/07 de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ney Leprevost, lido pelo Deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 118/07 de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 120/07 de autoria do Deputado Reinhold Junior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 121/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. O Deputado Ney Leprevost solicita vistas - CONCEDIDO pelo Presidente; 22) Projeto de Lei nº 123/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ney Leprevost - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 127/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi.

Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 135/07 de autoria do Deputado Reni Pereira e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 025/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 026/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 067/07 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 098/07 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 100/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO. O Deputado Nereu Moura solicita a inclusão em pauta do Projeto de Lei nº 130/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 130/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e sete, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Caíto Quintana e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Junior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edgar Bueno, Francisco Bühler, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 035/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 060/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Deputado Nereu Moura solicita vistas - CONCEDIDO pelo Presidente; 03) Projeto de Lei nº 093/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 102/07 de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 107/07 de autoria



do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 121/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ney Leprevost - REJEITADO, com voto contrário dos Deputados Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Reni Pereira, Luiz Claudio Romanelli, Francisco Bühner, Mauro Moraes. O Sr. Presidente coloca em votação o voto em separado do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 125/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana. O Deputado Reni Pereira solicita diligência à Secretaria de Estado dos Transportes e DER - DEFERIDO pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 137/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 105/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 134/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana. O Deputado Reni Pereira solicita diligências à Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 111/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 117/07 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Duílio Genari, Edgar Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 081/07 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão, na forma de emenda substitutiva geral anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 104/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. O Deputado Caíto Quintana SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 03) Projeto de Lei nº 112/07 de autoria do Depu-

tado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 119/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 131/07 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Artagão Júnior SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 133/07 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 040/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 116/07 de autoria do Deputado Nereu Moura. O Sr. Deputado Nereu Moura SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 149/07 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Valdir Rossoni SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 173/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 126/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 128/07 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 132/07 de autoria do Deputado Rui Hara. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 141/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 156/07 de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 160/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 183/07 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 185/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Douglas Fabrício, Duílio

Genari, Edson Strapasson, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Professor Luizão, Reni Pereira e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 108/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 109/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 122/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 129/07 de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 131/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 088/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 143/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões, lido pelo Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 090/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 145/07 de autoria do Deputado Doutor Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 155/07 de autoria do Deputado Fernando Carli Filho. O Deputado Carlos Simões, Relator, através de leitura feita pelo Deputado Jocelito Canto, solicita suspensão de votação da matéria em virtude de tramitação de proposição veto em matéria semelhante - DEFERIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 159/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 174/07 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. O Sr. Deputado Reni Pereira SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 199/07 de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 200/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 202/07 de autoria do Deputado Elio Rusch. APROVADO. O Deputado Artagão Júnior solicita a inclusão em pauta do Projeto de Lei nº 021/07, que recebeu emenda de plenário. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 021/07 de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer do Deputado Artagão Júnior foi à emenda de plenário - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente,

pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Ribas Carli Filho, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 091/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 104/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão, na forma de emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 106/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 136/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. O Sr. Deputado Reni Pereira SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 144/07 de autoria do Deputado Chico Noroeste. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO, com abstenção de voto do Deputado Reni Pereira; 06) Projeto de Lei nº 147/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins pela devolução da matéria do autor - CONCEDIDO pelo Presidente; 07) Projeto de Lei nº 149/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 153/07 de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 154/07 de autoria da Deputada Rosane Ferreira. O Deputado Luiz Carlos Martins REQUER DILIGÊNCIA à Secretaria de Estado de Obras Públicas - CONCEDIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 158/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. O Sr. Deputado Reni Pereira SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 168/07 de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 174/07 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer do Deputado Reni Pereira pela devolução da matéria do autor - CONCE-

DIDO pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 175/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer do Deputado Francisco Bühner pela devolução da matéria do autor - CONCEDIDO pelo Presidente; 14) Proposição de Veto nº 029/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 547/03 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. O Sr. Deputado Professor Luizão SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente, bem como a entrega de cópias a todos os Deputados membros da comissão; 15) Projeto de Lei nº 180/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 069/07 de autoria do Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ney Leprevost - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 070/07 de autoria do Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ney Leprevost - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

### ***Obras Públicas, Transportes e Comunicação***

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 482/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Relator: Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 679/07, de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

